

ORGANIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES DA REGIÃO DE FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA, EM CÁCERES-MT

Jucilene de Oliveira Martins¹

Resumo

Neste artigo busca-se apresentar a estrutura socioprodutiva dos camponeses da região da fronteira Brasil/Bolívia, localizada a 90 km da cidade de Cáceres-MT. Para tanto, lançou-se mão de pesquisa e análises bibliográficas sobre a temática, análise de documentos em órgãos oficiais, como também pesquisa de campo para entrevistas, que ocorreram nos lotes-sítios de 95 camponeses/as que vivem no território da fronteira Brasil-Bolívia e se deu na modalidade semiestruturada, com roteiro de questões abertas e fechadas previamente elaboradas. Os resultados da pesquisa indicam que, na atualidade, o território da fronteira Brasil-Bolívia, em Cáceres-MT, é bastante diverso em termos de sujeitos e de produção. Contudo, é unânime a demanda por políticas públicas ou ações de desenvolvimento que possibilitem não só expandir ou melhorar a produção, mas também a comercialização desses produtos frutos da agricultura familiar camponesa; situação que possibilitaria gerar mais renda para as famílias se manterem e permanecerem no campo com mais qualidade de vida.

Palavras-chave: Camponeses, Autogestão, Economia Solidária.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo compreender a estrutura socioprodutiva dos pequenos agricultores da região de fronteira Brasil/Bolívia, localizada a 90 km da cidade de Cáceres-MT. Os pequenos produtores, num total de 300 famílias, estão organizado no território de fronteira formado por sete assentamentos denominados de Corixinha, Jatobá, Katira, Nova Esperança, Rancho da Saudade, Bom Sucesso e Sapiquá, distribuídos em 287 lotes organizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A atividade de investigação nesta pesquisa foi desenvolvida por professores, colaboradores e bolsistas do Núcleo Unemat-Unitrabalho e da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBESS) através do projeto “Configuração Socioprodutiva da Economia e Cultura Camponesa: análise da organização econômica e de capacidades de processos inovadores em três territórios de agricultura familiar”.

¹ Profa. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da UNEMAT. Email: juci-oliveira2010@hotmail.com

Esta pesquisa buscou seguir os pressupostos da pesquisa participante, tendo por base a obra organizada por Brandão (1999) que define conceitos e estratégias de pesquisa e de participação na coleta de dados, na organização dos grupos sociais para a inserção, na elaboração colaborativa dos referenciais, na avaliação dos processos e dos resultados das informações.

Assim, análises da pesquisa são apresentadas e debatidas de forma qualitativa, expresando a organização social e econômica, o manejo agropecuário e a comercialização agrícola; a formação, questões culturais e das políticas públicas vivenciada no territórios dos assentamentos rurais da região de fronteira, em Cáceres-MT.

Com isso, para que haja melhor compreensão, este texto está dividido em três partes. A primeira é referenciada em debate teórico sobre autogestão, agricultura familiar e empreendimentos solidários correlacionados com as formas das práticas sociais. Na segunda parte apresentamos eixos temáticos do diagnóstico do território da Fronteira Brasil/Bolívia. A última parte contempla uma análise síntese do sentido dos dados do campo empírico com os referenciais teóricos, bem como a conclusão.

Autogestão

A autogestão se relaciona ao modo de produção e ao trabalho associado; está vinculada à concepção do trabalho associado voltado aos princípios da própria economia solidária, no qual buscam o desenvolvimento e a transformação da comunidade de forma coletiva. Para que ela aconteça é necessário que haja sujeitos autônomos e protagonistas para promover as práticas correspondentes da transformação social. (OLIVEIRA; CASTRILON JUNIOR; ZART, 2015).

Portanto, não se pode pensar em autogestão quando os trabalhadores são submetidos a alguém, que possui os meios de produção, ou seja, em que os trabalhadores são explorados, ganhando uma parcela ínfima do resultado do seu trabalho.

Segundo Melo Neto (2005) a autogestão entre os trabalhadores não se constitui apenas de um ideário ou um objetivo, pois adquire características de mudança gradual como um meio alternativo à estrutura capitalista. Obteve configurações práticas demonstrativas da viabilidade histórica através dos movimentos operários e camponeses em diferentes partes do

mundo em que a autogestão expressou de forma clara a contra-hegemonia no campo das lutas de classes.

A organização econômica solidária está pautada na gestão coletiva exercida pelos/as trabalhadores/as, atingindo o controle e a administração dos meios de produção. Convém salientar os princípios da equidade na distribuição dos resultados e a própria valorização do trabalho, enfatizando a natureza solidária que adquirem as relações humanas, inclusive os intercâmbios no mercado. (MACDONALD, 2005).

Reforça-se para tanto a importância dos processos de formação, pautados nos princípios da economia solidária. Neste contexto, de formação, cabe ressaltar os trabalhos desenvolvidos por núcleos e incubadoras universitárias, que em seus desenhos multidisciplinares trabalham diversos fundamentos humanos e sociais, técnicas administrativas, jurídicas e contábeis, durante o processo de incubação, como requisitos fundamentais para a permanência e ampliação da luta pelas relações sociais solidárias.

São muitos os desafios presentes na vida dos/as trabalhadores/as e na vida das sociedades autogestionárias. Corroborando Motta (1981), que a sociedade autogestionária é a sociedade organicamente autônoma, constituída de um feixe de autonomias, de grupos se auto administrando, cuja vida exige a coordenação sem hierarquização. A autogestão se insere na perspectiva de transformação geral da sociedade. São mudanças de ordem intelectual, cultural e moral da classe trabalhadora, inscritas em avanços e recuos profundos, marcando um socialismo que, sua essência é baseada na mais ampla democracia dos trabalhadores. (NASCIMENTO, 1999).

Autogestão pode ser compreendida, portanto, como uma forma de promoção da democracia em instituições sociais em que trabalhadores/as são os/as sócios/as e estes são os trabalhadores (SINGER, 2000). É uma visão avessa aos tantos instrumentos de promoção de participação, prisioneira da hierarquização, no campo da democracia formal. Considera, todavia, essas formas interessantes, porém limitadas, se comparada ao exercício democrático vivenciado diretamente pelos próprios trabalhadores.

Agricultura Familiar Camponesa

O campo perpassa por transformações sociais decorrentes do monopólio territorial sustentado pelo agronegócio. Esta lógica de cultivo é da monocultura, o plantio de apenas

uma cultura agrícola acarreta o desenfreado uso de agrotóxico. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking de países que utilizam agrotóxicos. Já ultrapassou a marca de 1 milhão de toneladas por ano, mais de 5 kg de veneno agrícola por pessoa. As consequências disso, segundo o Inca, são infertilidade, impotência, abortos, hormônios desregulados, baixa imunidade e até câncer².

Em contraponto, a agricultura familiar camponesa possibilita o desenvolvimento social e crescimento econômico de modo sustentável. Segundo o Portal Brasil (2016) a agricultura familiar gera mais de 80% da ocupação no setor rural e responde no Brasil por sete de cada 10 empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola. Consiste em pequenas escalas de produção agrícola, constituída por famílias e predominantemente dependente de mão-de-obra familiar, sem que haja a exploração e segregação sexual do trabalho. Norteia-se aos princípios da sustentabilidade socioambiental voltada a concepção da agroecologia; desta definida por Zart (2011, p. 47) como “[...] um conjunto de princípios e de práticas de produção que tem o cuidado com o meio ambiente (os ecossistemas) e as culturas humanas como fundamento de toda a organização do campo”.

Além do princípio agroecológico a agricultura familiar camponesa é ancorada profundamente nos princípios da solidariedade e da cooperação. Para Laforga (2009, p. 180) “a agricultura familiar camponesa é considerada como um dos baluartes da forma de empreender e organizar a produção, ancorada profundamente nos princípios da solidariedade e organização da produção”. O autor destaca ainda que:

[...] a agricultura familiar camponesa plenamente autogerida, em que o agricultor é o autor principal, que decide como e para onde ir, podendo ainda, relacionar-se com estruturas externas de apoio, não com a intenção de subordinação, mas sim de negociação e aliança que permita conservar a autonomia das decisões, leva idealmente a transformação da realidade, de uma forma mais ampla, como também possibilita a transformação das estruturas sociais. (LAFORGA, 2009, p. 197-198).

Empreendimentos Econômicos Solidários

A organização do trabalho é cultural, portanto, esta condição requer pensar que esta perspectiva possui diversidades conforme cada território e as formações sociais. Os fatores

² <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/saude/brasil-e-o-pais-que-mais-consome-veneno-agricola-872141.shtml>

como meios de produção, acesso à tecnologia social, mobilizações e articulações são preponderantes na concretização da organização de empreendimento econômico solidário. A partir deste entendimento, de que o trabalho é um processo complexo, num contexto que resulta de vários elementos e que somados refletem a identidade local, é que nos é possibilitado pensar com maior rigor a organização do trabalho associado. As localidades em geral, e os assentamentos em especial, abrangem em sua maioria pessoas que buscam meios alternativos para superar as dificuldades econômicas e sociais. Neste sentido surge o trabalho associado, representado na organização coletiva de indivíduos que almejam superar as dificuldades, permitindo assim a construção de melhores condições de produção e de vida.

As múltiplas formas de associação e cooperação, são inseridas e desenvolvidas no sentido de progressão e resistência daqueles/as que procuram melhores condições de vida, e, a inserção na sociedade por meio da produção associada, das tecnologias sociais, da comercialização solidária. O trabalho associado e coletivo se expressa na forma de cooperativas, associações, reunindo trabalhadores/as com objetivos comuns. Na busca uma forma de organização institucionalizada do movimento de construção e consolidação das relações sociais de reciprocidade, surgem os empreendimentos econômicos solidários, a partir dos princípios da economia solidária. (OLIVEIRA; CASTRILON JUNIOR; ZART, 2015).

Empreendimentos de Economia Solidária são as diversas formas concretas de manifestação da Economia Solidária, ou seja, grupos de pessoas que produzem e comercializam seus produtos com base nos princípios da Economia Solidária. O princípio geral da autogestão é que todos os que trabalham são donos do empreendimento e todos os que são donos trabalham no empreendimento. (ECOSOLBRASÍLIA, 2011).

Neste contexto é importante a percepção de que os/as trabalhadores/as que se encontram fora do mercado de trabalho, ou que trabalham no mercado informal, procuram constituir alguma associação ou cooperativa como estratégia de proteção contra a condição de precarização social e de trabalho em que se encontram. Assim surgem os empreendimentos econômicos solidários, que são formados por grupos de pessoas componentes de segmentos sociais de baixa renda, trabalhadores/as desempregados/as ou que correm riscos de desemprego, trabalhadores/as do mercado informal de área urbana ou rural, que de forma coletiva exercem a autogestão das atividades e alocação dos resultados obtidos com o trabalho (CULTI, 2007).

Segundo Vaillant (2011) um dos princípios orientadores dos empreendimentos econômicos solidários é que todas as decisões são tomadas coletivamente através de assembleias. Acrescentamos outro valor fundante para a existência dos grupos de trabalho coletivo que é o bem-viver dos/as associados/as. O autor complementa afirmando que nos empreendimentos solidários “[...] cada associado recebe de acordo com o que produziu e a retirada mensal deve ser suficiente para lhe garantir uma boa alimentação, vestuário e moradia para toda a família” (VAILLANT, 2011, p. 89).

No que se refere às formas de regimento, cada organização possui suas especificidades. Quanto às associações estas podem ser organizadas a partir de duas pessoas e não tem limite máximo previsto por lei, conforme Lei nº 10406/2002. No que diz respeito às cooperativas de produção, estas necessitam de no mínimo vinte pessoas para serem constituídas, conforme Lei nº 5764/1971. Já os grupos informais são aqueles grupos que trabalham coletivamente, mas que ainda não buscaram se formalizar, por falta de incentivos políticos, apoio ou mesmo conhecimento de que possuem tais direitos (VAILLANT, 2011).

Vale ressaltar que para se escolher a melhor forma de se organizar, os envolvidos devem ter em mente quais os objetivos e metas querem alcançar, e escolherem coletivamente qual caminho seguir a partir daí, buscando através da autogestão alcançar tais metas. Os empreendimentos econômicos solidários, fundamentados pelos princípios da autogestão possuem particularidades, em especial a de que os/as trabalhadores/as se apropriem dos meios de produção e democraticamente exerçam as tomadas de decisões da organização, modificando as relações sociais impostas pelo capital (AZEREDO, 2013).

A Configuração do Território da Fronteira Brasil-Bolívia, em Cáceres-MT: espaço de vida e luta camponesa

A tabela 01 nos permite explorar a amplitude desta pesquisa, pois nela estão contidas informações sobre o total de lotes, de entrevistados e sexo, ou seja está sendo exposto os 95 questionários aplicados com os/as camponeses/as nos assentamentos Corixinha, Jatobá, Katira, Nova Esperança, Rancho da Saudade e Sapiquá.

Assentamento	Total de Lotes	Entrevistados	Sexo	
			Feminino	Masculino
Katira	48	12	8	4
Corixinha	74	17	7	10
Jatobá	30	9	6	3
Nova Esperança	49	24	10	14
Rancho da Saudade	47	21	13	8
Sapiquá	39	12	9	3
Total	287	95	53	42

Tabela 1 - Total de lotes, de entrevistados e sexo

Fonte: Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, 2015.

Ressalta-se que não houve aplicação de questionário n assentamento Bom Sucesso. O total de entrevistados não foi proporcional a quantidade de lotes por assentamento, isso porque os questionários foram distribuídos aos integrantes da pesquisa para aplicá-los ao total das famílias por assentamento, porém só foi aplicado aos camponeses que se dispuseram a responder.

Assim, de acordo com a tabela acima o assentamento Corixinha é o que possui mais lotes, sendo 74 (setenta e quatro), seguido por Nova Esperança com 49 (quarenta e nove), Katira com 48 (quarenta e oito), Rancho da Saudade com 47 (quarenta e sete), Sapiquá com 39 (trinta e nove) e Jatobá com 30 (trinta) lotes. Através desta tabela é possível verificar a quantidade expressiva de lotes e isso pode demonstrar o potencial, tanto de território, quanto de pessoas, gerando expectativas de trabalhos futuros ou de outras formas de organização.

Nota-se também, que a quantidade de mulheres que responderam o questionário 53 (cinquenta e três) foi superior a dos homens 42 (quarenta e dois), sendo assim podemos destacar que no campo as mulheres assumem a responsabilidade dos cuidados do lar, ou seja, estavam presentes em suas casas no momento em que foi realizado a aplicação dos questionários.

Na tabela 2 apresentamos 05 (cinco) atividades com mais destaque em termos de produção de 15 (quinze) tipos identificados no território dos assentamentos da Fronteira Brasil-Bolívia, em Cáceres-MT. Observou-se nestes territórios uma diversidade de produção com destaque para o arroz, café, cana de açúcar, feijão, milho, soja, abacaxi, mamão e melancia, entre outros.

Assentamento	Laranja	Banana	Horta	Mandioca	Outros
Katira	4	2	5	6	2
Corixinha	10	10	7	11	8
Jatobá	4	6	4	7	2
Nova Esperança	6	11	8	16	10
Rancho da Saudade	5	10	13	17	8
Sapiquá	2	5	7	8	5
Total	31	44	44	65	35

Tabela 2 – Principais atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade.

Fonte: Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, 2015.

De acordo com as informações obtidas *in loco* a mandioca é a cultura mais produzida em toda a região da fronteira, sendo 65 (sessenta e cinco) famílias produtoras, ou seja, mais da metade das famílias que responderam ao questionário. As outras atividades em destaque são: a banana e a horta com 44 (quarenta e quatro) respostas, seguida por outros produtos com 35 (trinta e cinco) respostas e laranja com 31 (trinta e uma) respostas.

O total de produtos produzidos na Fronteira, ou seja, a soma dos totais da laranja com a banana, a horta, mandioca e outros é igual a 219 (duzentos e dezenove). De acordo com este valor é evidente que a maioria das famílias cultivam mais de uma atividade agrícola.

A partir da análise das atividades agrícolas praticadas pelas famílias da região da Fronteira, surgem indagações pertinentes quanto as mesmas. Por exemplo, se a atividade agrícola que mais se destaca é a produção de mandioca, nesse sentido é importante entendermos quais são as políticas públicas ou as ações de desenvolvimento para expandir ou melhorar essa produção. Além disso, como essas produções se destacam surge a necessidade de realização de cursos para beneficiamento desses produtos ampliando e diversificando as atividades nessa região.

Outro ponto a ser destacado é quando analisamos os dados da tabela 01 e 02 em conjunto, pois percebemos possibilidades da realização de grupos de trabalhos de mulheres, uma vez que, a quantidade de mulheres se destaca e também nas atividades agrícolas existem produtos que podem ser beneficiados pelas mesmas, possibilitando gerar mais renda para as famílias.

Assentamento	Aves	Bovino	Suíno	Bovino leiteiro
Katira	4	7	4	5
Corixinha	8	9	7	12

Jatobá	7	7	5	5
Nova Esperança	15	15	9	13
Rancho da Saudade	10	10	4	11
Sapiquá	6	3	2	5
Total	50	51	31	51

Tabela 3 – Atividades pecuárias desenvolvidas nas propriedades

Fonte: Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, 2015.

Dentre as atividades pecuárias demonstradas acima, nota-se uma quantidade de respostas próximas entre aves 50 (cinquenta), bovino 51 (cinquenta e um) e bovino leiteiro 51 (cinquenta e um), apenas o suíno 31 (trinta e um) apresentou menores resultados referente a sua participação nas atividades pecuárias da região. Esses tipos de atividades geralmente não são desenvolvidas sozinhas e, mais, o total delas na tabela nos indica que algumas famílias possuem várias criações.

A atividade bovina tanto de corte quanto leiteiro se destaca em Cáceres e região; do bovino leiteiro é possível gerar uma renda maior, já que se o produtor utiliza o leite para outras atividades como a produção do queijo, doce de leite e outros pode ampliar sua renda, pois quando produzidos em grandes proporções geram rendimentos expressivos. Entretanto, esse tipo de atividade pouco se destaca nessa região, já que muitos preferem apenas vender seu leite aos laticínios e a maioria dessas empresas pagam um valor abaixo do que realmente vale o leite, pois os custos para manter os animais são altos.

Com isso, essas atividades são importantes para o desenvolvimento de Cáceres e região, contudo deve-se realizar uma análise adequada dos gastos envolvidos para se manter este tipo de atividade, pois muitas empresas não querem pagar o valor que é justo no leite, por exemplo, e é claro que quem sai perdendo é o pequeno agricultor. Logo, uma forma desses agricultores evitarem tal situação e também agregarem valor ao próprio produto é realizando discussões e ações para os mesmos constituírem um laticínio por meio de uma cooperativa, podendo gerar um renda maior aos mesmos.

A renda familiar das 95 famílias entrevistadas evidenciada na tabela 04 é constituída principalmente da comercialização de leite e recebimento de benefícios sociais. Conforme os dados, 73% dos entrevistados responderam que obtém rendimentos de até dois salários mínimos. A renda familiar dos entrevistados proporciona a inquietude de pensar a composição e destinação desta renda financeira.

Assentamento	Até 1 salário mínimo	Até 2 salários mínimos	Acima de 2 salários mínimos	Total
Katira	5	6	1	12
Corixinha	4	9	4	17
Jatobá	2	4	3	9
Nova Esperança	13	9	2	24
Rancho da Saudade	6	5	10	21
Sapiquá	2	4	6	12
Total	32	37	26	95

Tabela 04 – Renda familiar das Famílias Entrevistadas

Fonte: Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO (2015).

A comercialização do leite é realizada *in natura* para um laticionio que detém o monopólio de aquisição há quatorze anos na região. Esta exploração sem concorrentes resulta na desvalorização comercial, que segundo os entrevistados o valor médio do litro de leite era realizado a R\$ 0,71 (NÚCLEO UNEMAT – UNITRABALHO, 2015). Outro fator relevante sobre a renda é que para os entrevistados a única concepção financeira é mensurada monetariamente, ou seja, a produção agrícola produzida para a própria subsistência não é contabilizada como renda.

Através da coleta e análise de dados identificamos onze meios de comercialização, os cinco meios destacados na tabela 5 foram os mais expressivos entre as respostas, os demais que não foram demonstrados incluem: Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, feira e restaurante.

Assentamento	Associação /Cooperativa	Ao Atravessador	Ao Consumidor	Mercado	Total de Respostas
Katira	2	5	1	4	12
Corixinha	2	2	1	12	17
Jatobá	0	3	3	6	12
Nova Esperança	3	3	8	11	25
Rancho da Saudade	1	1	8	9	19
Sapiquá	2	1	3	5	11
Total	10	15	24	47	96

Tabela 5 – Meios de Comercialização dos Produtos da Agricultura Camponesa

Fonte: Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, 2015.

Cada entrevistado (a) pode escolher mais de uma opção que representasse a destinação dos alimentos comercializados e conforme o esboço acima 49% da produção agrícola da fronteira é destinado ao mercado, com venda direta ao consumidor; a produção oferecida diretamente ao consumidor final representa 25%, este relevante percentual pode ser entendido pela certa facilidade logística, já que a distância percorrida entre o campo e a cidade compreendem 70 km e grande parte dos assentados possuem veículos automotores, tais fatores também podem justificar a não predominância da figura do atravessador nesta região (NÚCLEO UNEMAT – UNITRABALHO, 2015).

A comercialização por meio de associações/cooperativas foi a alternativa de menor destaque entre as respostas, algo que evidencia a fragilidade na organização do trabalho associado que possa gerar trabalho e renda e a ausência de política pública que fomente este meio de comercialização, alias tal ausência se confirma com a inexpressiva contribuição do PAA, segundo os objetivos deste programa, 30% da merenda escolar deveria ser provinda da agricultura familiar, algo que evidentemente não tem ocorrido nas escolas de Cáceres e região, principalmente quando se analisa a escola do campo, localizada no Assentamento da Fronteira e denominada Escola Estadual Doze de Outubro.

Considerações Finais

A economia solidária, num aspecto geral, aplica-se no contexto social através de novos caminhos e possibilidades econômicas elaboradas com o objetivo da geração de renda aos trabalhadores em desvantagem no mercado de trabalho. Tais motivadores econômicos podem ser entendidos como um processo educativo, visto que os diversos atores envolvidos trocam experiências e saberes para a construção de um conhecimento que visa resultados positivos para uma melhor viabilidade econômica.

Assim sendo, são visíveis nos territórios da agricultura familiar camponesa, em Cáceres e região, o constante trabalho empregado no desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias; entretanto, nas condições de produção e de trabalho visualizadas na pesquisa foi percebida pouca união entre as diversas famílias; situação que possibilita o enfraquecimento dos camponeses no processo de luta por condições mais dignas e justas de trabalho e de vida na terra. Portanto, ressalta-se a importância das parcerias e apoios para as

famílias se organizem e se fortaleçam em prol de uma vida com mais condições de sobrevivência, de melhores condições de produção e comercialização, entre outras.

Deste modo, entende-se também que é necessário mais formação técnica e incentivo para os pequenos camponeses adentrar no mercado e com isso trabalharem mais a agricultura de forma ecológica e sustentável. Essas práticas poderiam auxiliar o desenvolvimento local e, conseqüentemente, seus familiares, proporcionando a eles mais viabilidade econômica, social, cultural, política e ambiental.

Por fim, cabe ressaltar que são visíveis nos assentamentos rurais do território da fronteira Brasil-Bolívia, em Cáceres-MT, o constante trabalho empregado pelas famílias camponesas nas atividades pecuárias e agrícolas para manutenção do lote e permanência na terra conquistada. Além disso, observamos que as famílias tem se organizado em busca de meios alternativos para superar as dificuldades econômicas, sociais, culturais e ambientais vivenciadas no dia a dia do campo; principalmente pela ausência de assistência técnica e de créditos que possibilitem o fortalecimento da produção, do beneficiamento e da comercialização dos alimentos produzidos; sendo necessário, portanto, mais apoio do Estado, por meio da elaboração e implantação de políticas públicas que beneficiem e fortaleçam diretamente os camponeses.

Referências Bibliográficas

AZEREDO, Raoni Fernandes. **A Autogestão Nos Empreendimentos Econômicos Solidários: O Desafio Da Contabilidade Solidária.** Disponível em: <http://www.coloquioepistemologia.com.br/anais2013/AES101.pdf>. Acesso em 04/05/ 2016.

ECOSOLBRASÍLIA. **O Que é Empreendimento Econômico Solidário.** Disponível em: <http://www.ecosolbasebrasil.com.br/index.php/economiasolidaria/empreendimento-solidario/>. Acesso em 04/05/ 2016.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia solidaria – Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários.** 2010. Disponível em: <http://www.unitrabalho.org.br/spip.Php?Article94>. Acesso em 04/05/ 2016.

CULTI, Maria Nezilda. **Economia Solidária: Incubadoras Universitárias e Processo Educativo.** Disponível em: http://www.unitrabalho.uem.br/administracao/bd_artigos/arquivos/010614153016.pdf. Acesso em 04/05/ 2016.

MACDONALD, José Brendan. **Economia Solidária e Autogestão Ponderações Teóricas e Achados Empíricos.** Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/livros/pa_1_economia_solidaria_e_autogestao.pdf. Acesso em 05/04/2016.

MELO NETO, José Francisco. **Economia Solidária e Autogestão Ponderações Teóricas e Achados Empíricos.** Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/livros/pa_1_economia_solidaria_e_autogestao.pdf. Acesso em 05/04/2016.

MOTTA, F. C. P. **Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

NASCIMENTO, Cláudio. **Autogestão e economia solidária.** In: Democracia e autogestão. São Paulo: Humanistas Publicações, 1999.

OLIVEIRA, Lizandra Ozeia; CASTRILON JUNIOR, Douglas; ZART, Laudemir Luiz. Relato De Experiência: Percepções Concretas de Organização Econômica Solidária a Partir da Feira Internacional do Cooperativismo - FEICOOP - Santa Maria/Rs. Anais Vol. 1(2015): **Encontro Cacerense de Economia Solidária**, Cáceres/MT, Brasil, 19-22 Agosto 2015, Núcleo Unemat-Unitrabalho, Universidade do Estado de Mato Grosso UNEMAT.

Palácio do Planalto. **Lei nº 10406 de 10 de Janeiro de 2002.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em 12/04/2016.

Palácio do Planalto. **Lei nº 5764 de 16 de Dezembro de 1971.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acesso em 12/04/2016.

Palácio do Planalto. **Lei nº 8934 de 18 de Novembro de 1994.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8934.htm. Acesso em 12/05/2016.

Brasil é o país que mais consome veneno agrícola. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/saude/brasil-e-o-pais-que-mais-consome-veneno-agricola-872141.shtml>. Acessado em 18/05/2016.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante. Repensando o socialismo.** Petrópolis: Vozes, 1998.

Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. **Mapeamento dos empreendimentos.** Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/resultado>. Acesso em 16/04/2016.

VAILANT, Clóvis. **Empreendimentos Econômicos Solidários. Educação do Campo: formação e desenvolvimento comunitário.** PIESES, UNEMAT, PROEC-UNEMAT – Cáceres (MT): Editora Unemat, 2011. (Série: Sociedade Solidária, Caderno pedagógico I).